



RACISMO COMO INSTRUMENTO EPISTEMOLÓGICO E POLÍTICO PARA O ENTENDIMENTO DA SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Mário Luiz de Souza¹

Resumo: Esse artigo debate a utilização da categoria racismo nos estudos sobre a condição da população negra, tendo como objetivo central demonstrar a sua importância para a construção desse conhecimento e da luta política que tais estudos possam ensejar. Nesse sentido, comungamos com os pesquisadores que apontam que a exclusão e a dificuldade econômica e social vivida pela maioria dos negros não é obra do acaso, ou de um processo natural, mas fruto de relações concretas que se constituíram na formação da nossa sociedade, sendo o racismo uma determinação fundamental para o entendimento de tal processo. Contudo, apontamos que o uso dessa categoria, para dar um resultado profícuo, não pode ser transformado num instrumento teórico que engesse o estudo sobre a questão do negro, retirando do campo de estudo outras importantes contribuições sobre as condições da população negra.

Palavras-chave: Negro. Racismo. Raça. Teoria.

RACISM AS A POLITICAL AND EPISTEMOLOGICAL TOOL FOR THE UNDERSTANDING OF THE SITUATION OF THE BLACK POPULATION IN THE BRAZILIAN SOCIETY

Abstract: This article discusses the use of category racism in studies about the condition of the black population, with a main objective of demonstrate its importance to the construction of this knowledge and political struggle that such studies may give rise. In this sense, we share with researchers pointing that exclusion and economic and social difficulties experienced by most blacks is no accident, or a natural process, but the result of specific relationships that are formed in the construction of our society, where racism is a fundamental determination to understanding this process. However, we point out that the use of this category to give a meaningful result cannot be transformed into a theoretical instrument with no dynamic for the study on the black question, taking from the field of study other important contributions on the conditions of the black population.

Keywords: Black. Racism. Race. Theory.

RACISME COMME UN OUTIL ÉPISTÉMOLOGIQUE ET POLITIQUE POUR LA COMPREHENSION DE LA SITUATION DE LA POPULATION NOIRE DANS LA SOCIÉTÉ BRÉSILIENNE

Résumé: Cet article traite de l'utilisation de la catégorie racisme dans les études sur l'état de la population noire, en aient comment principal objectif de démontrer leur importance pour la construction de cette connaissance et de la lutte politique que de telles études peuvent donner

¹ Professor do Mestrado Étnico-racial do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suchow da Fonseca- CEFET-RJ. E-mail: maraois@uol.com.br

opportunité. En ce sens, nous partageons avec les chercheurs pointent que l'exclusion et les difficultés économiques et sociales vécue par la plupart des Noirs n'est pas un accident, ou un processus naturel, mais le résultat de relations spécifiques qui sont formés dans la formation de notre société, étant le racisme une détermination fondamentale pour comprendre ce processus. Toutefois, nous rappelons que l'utilisation de cette catégorie, par donner un résultat significatif ne peut pas être transformé en une instrument théorique que plâtre l'étude sur la question noire, prenant du camp d'étude autres contributions importantes sur les conditions de la population noire.

Mots-clés: Noir. Le racisme. Race. Théorie.

RACISMO COMO INSTRUMENTO EPISTEMOLÓGICO Y POLÍTICO PARA EL ENTENDIMIENTO DE LA SITUACIÓN DE LA POBLACIÓN NEGRA EN LA SOCIEDAD BRASILEÑA

Resumen: Este artículo debate la utilización de la categoría racismo en los estudios sobre la condición de la población negra, lleva como objetivo central enseñar su importancia para la construcción de este conocimiento y de la lucha política que tales estudios puedan representar. En este sentido, comulgamos con los investigadores que apuntan que la exclusión y la dificultad económica y social vivida por la mayoría de los negros no es obra del acaso, o sea de un proceso natural, más fruto de las relaciones concretas que se constituían en la formación de nuestra sociedad, siendo que el racismo es una determinación fundamental para el entendimiento de tal proceso. Pero, apuntamos que el uso de esta categoría, para dar un resultado proficuo, no puede volverse en un instrumento teórico que ENGESSE el estudio sobre las cuestiones del negro, retirando del campo de estudio otras importantes contribuciones sobre las condiciones de la población negra.

Palabras-clave: Negro. Racismo. Raza. Teoría.

O RACISMO COMO CATEGORIA FUNDAMENTAL

Os baixos índices socioeconômicos que retratam as condições da maioria da população negra, desde o período pós-abolição, é um fenômeno social que atesta o grau de exploração e exclusão reinante na sociedade brasileira. Sejam nos relatos históricos ou nos mais diversos levantamentos, constata-se o quanto à população negra vem sofrendo em termos de escolaridade, mortalidade infantil, violência urbana, local de moradia, saneamento básico, mercado de trabalho, concentração de renda e outros aspectos reveladores da cidadania de um povo. Somado a isso, a comparação histórica desses aspectos com os da população branca, demonstra a persistência de uma disparidade racial em termos socioeconômicos, que nem mesmo a sensível melhora da população negra, no tocante a esses índices, nos últimos 15 anos, conseguiu reverter.

Pelo contrário, tal mudança, detectado pelos mais renomados institutos do país, serviu para reafirmar que ainda há muito que se fazer para suplantação desse quadro. Diante disso, cremos que o estudo científico das condições socioeconômicas da população negra, representa não apenas a elucidação dos mecanismos na produção e reprodução desse fenômeno social, como também podem municiar as ações políticas para o combate dessa desigualdade.

Nesse sentido, concordamos com Ianni (2004) sobre sua observação a respeito do papel dos cientistas sociais no estudo das relações sociais: “Os cientistas sociais brasileiros voltam-se para o estudo das relações raciais com finalidades eminentemente práticas. Trata-se de utilizar o pensamento científico para esclarecer a situação real dos diferentes grupos étnicos e raciais, em face da sociedade brasileira.” (IANNI, 2004, p.290). Sendo que nesse processo ele destaca que:

Todavia, paralelamente a essas preocupações, o estudo das relações raciais no Brasil foi incentivado por outras cogitações. Tratava-se de desfazer as falsas imagens sociais entre os diferentes grupos étnicos e raciais, e na sociedade como um todo. A trama das representações ideológicas, sobre os atributos positivos e negativos de uns e outros, dificultavam de sobre maneira a elaboração de uma interpretação correta e construtiva da sociedade brasileira (IANNI, 2004, p. 291).

Há na observação descrita acima, uma clara alusão do quanto o racismo é uma determinação fundamental para a construção do conhecimento referente às condições socioeconômicas da população negra brasileira. Contudo, antes versarmos um pouco mais sobre essa questão, traçaremos algumas linhas sobre o conceito de racismo e raça que estamos adotando, partindo da definição proposta por Munanga:

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2010, p. 5).

Sem entrar na discussão da categoria raça, que haverá mais à frente, essa conceituação, que em linhas gerais também é adotada pela maioria dos pensadores que se dedicam ao estudo dos impactos das questões raciais, nos indica a validade do estudo sobre o racismo na configuração da situação da população negra. Como vemos, o racismo é uma ideologia que busca dividir os indivíduos por raça, imputando-lhes um conjunto de estereótipos ligados a determinados atributos de acordo com o grupo racial ao qual pertence. Sob essa lógica, a raça não apenas identifica os membros do grupo, como também gera atributos que lhes são naturais em termos morais e intelectuais.

No caso do branco e do negro, por exemplo, a ideologia racista engendra uma dicotomia no qual o primeiro detém boa índole, cultura superior, apressado ao trabalho e valores éticos e civilizatórios, enquanto o segundo detém má índole, cultura inferior (ou não cultura) e desprezo ao trabalho e aos valores éticos e civilizatórios. Nesse caso, forma-se uma representação social na qual os brancos seriam dotados dos predicados para governar e ter acesso as melhores profissões e postos de trabalho, com os negros reduzidos as condições mais subalternas e inferiores da sociedade. Tudo isso sendo explicado como natural, em função das raças que constituem e hierarquizam as pessoas: “[...] Temos assim um caráter marcante da ideologia racial do branco: os grupos raciais são colocados em pólos extremos” (IANNI, 2004, p. 88).

Contudo, toda essa representação social só passa ser um fator analítico relevante para a construção do conhecimento sobre as relações raciais concretas, quando o racismo se insere dentro daquilo que Hall aponta como uma das grandes relevâncias de qualquer processo ideológico:

[...] Por ideologia eu compreendo os referenciais mentais – linguagens, conceitos, categorias, conjunto de imagens do pensamento e sistemas de representação – que as diferentes classes e grupos sociais empregam para dar sentido, definir, decifrar e tornar inteligível a forma como a sociedade funciona. O problema da ideologia, portanto, concerne às formas pelas quais as idéias diferentes tomam conta das mentes das massas e, por esse intermédio, se tornam uma “força material”. [...] (grifos nossos) (HALL, 2006, p. 250).

Ao traduzirmos a ideologia racista dentro do conceito e do problema sobre ideologia exposto por Hall, vemos que o racismo só é relevante quando se torna uma “força material”, pautando as relações sociais através de ações preconceituosas e discriminatórias, privilegiando um grupo em detrimento de outro. Nesse caso, o racismo deixa de ser uma mera divisão moral e intelectual entre grupos raciais distintos, para se transformar numa fonte de poder e exclusão que se materializa, com objetivos e

interesses bem definidos, no conjunto das correlações de forças que marcam a sociedade:

Na medida em que se inserem na trama das relações sociais, as semelhanças, diferenças, polarizações e antagonismos raciais adquirem a conotação de técnicas sociais. Entram no jogo das forças sociais, propiciando codificações ou cristalizações não só de diversidades mas de hierarquias e desigualdades. Nesse sentido é que as ideologias raciais podem tornar-se forças sociais não só básicas mas decisivas, garantindo a reiteração e recriação de hierarquias e desigualdades que parecem “raciais”, mas que na realidade são propriamente sociais, no sentido de simultaneamente econômicas, políticas e culturais. E tudo isso se manifesta nos mais diversos círculos de convivência, desde a fábrica e o escritório à escola e à igreja, templo ou terreiro, desde a fazenda, *plantation* e agroindústria à família, mídia e cultura de massa; seja na Europa, Ásia, Oceania, África, Caribe ou Américas (IANNI, 1996, p.18).

A ideologia racista, portanto, quando adquire a perspectiva de “*força material*”, não pode ser descartada como determinação fundamental no processo do estudo das relações raciais, porque engendra uma representação social que se transforma em exclusão social e poder, que pode estar presente nos mais diversos setores da sociedade, criando entraves concretos para que a população negra possa se realizar enquanto cidadã numa sociedade dita democrática.

Essa questão da categorização do racismo nos obriga a tecer também algumas linhas sobre a categoria raça. Não há como debater a questão do racismo sem definirmos o que estamos determinando como raça, principalmente depois do viés político-ideológico que essa abordagem sofreu no debate sobre as políticas de ação afirmativas no Brasil. Alguns intelectuais, fazendo uso dos estudos da genética que desautorizavam o uso da divisão dos indivíduos em raças, passaram a desqualificar a necessidade de se pôr em prática políticas públicas de corte racial, em especial a política de cotas ao ensino público superior, alegando que isso seria um retrocesso porque só existiria uma raça: a humana.

Não obstante a validade desses estudos da genética, há muito que a categoria raça deixou de ser utilizada em termos essencialmente biológicos por muito daqueles que se dedicam ao estudo das relações raciais. Entre esses pesquisadores, vigora a concepção da categoria raça como uma determinação político social cuja construção é de fundo sociológico, resultante de uma dada construção histórica, pelo qual os indivíduos são identificados e classificados nas relações sociais cotidianas. A despeito dos avanços da genética, na sociedade o branco é visto como branco e o negro é visto como negro, com ambos recebendo o impacto nas relações sociais em função disso. Em

suma, se dividir os indivíduos em raça perdeu seu caráter científico-biológico, o mesmo não podemos dizer de seu caráter científico-analítico em termos sociais, em função de ser um foco de representação social e de relações de poder, exclusão e direitos.

Essas observações sobre ideologia racista e raça, já nos fornece as condições maiores para sustentarmos o quanto à categoria racismo é importante no estudo das condições econômicas e sociais da população negra brasileira, ao longo da formação da sociedade brasileira. A inserção e a história do negro na nossa sociedade, não pode ser apartada do conjunto de visões preconceituosas e discriminatórias presentes nesse processo. O período da escravidão, as condições de vida após o processo de Abolição e as visões predominantes sobre o negro no período da Primeira República, ensejaram um conjunto de estereótipos que atribuíram ao negro toda uma série de estigmas que o perfilaram como um perigo e um estorvo para a sociedade, no começo do nosso período republicano. Logo após o fim da escravidão, o negro passou a ser uma pessoa livre, mas vista como inferior em termos intelectuais e morais, sendo pontuado como um fardo para efetivação da nação e do processo civilizatório brasileiro. De acordo com alguns dos principais intelectuais dessa fase da história brasileira, como tão bem demonstrou Schwarcz (2005), somente o branqueamento, seria a solução para a questão negra e para o avanço do país, com a imigração passando a ser o instrumento da redenção nacional.

A partir da década de 1930, há uma metamorfose no trato das relações raciais. O avanço das relações capitalistas no país, impulsionado pelo processo de industrialização e urbanização, engendra uma outra lógica societária, no qual o negro vê ampliado sua inserção como força de trabalho no sistema produtivo brasileiro. Essa inserção não mais se dará com o discurso oficial do negro enquanto estorvo para efetivação da nação brasileira. Pelo contrário, se dará como uma das três raças formadoras do povo brasileiro, ao lado do índio e do europeu, e um dos responsáveis pelo seu futuro. Agora, sob os termos da ideologia da democracia racial, passou-se a pregar que no país não havia um conflito racial de grande porte e, principalmente, não havia impedimentos de ordem racial a ascensão econômica e social do negro.

Pior ainda, esse enfoque, por mais que ainda tenhamos seus resquícios, até pouco tempo, tornou-se um marco na ideologia da classe dominante e da classe dirigente, colocando o país, sob a égide da democracia racial, como uma das provas de que no nosso país vigora uma relação harmoniosa, de um povo feliz e pacífico, cujas

ideologias exóticas, ou estrangeiras, procuravam desvirtuar propondo modificações na nossa estrutura econômica e social, como foi demonstrado por Ianni:

A ideologia racial predominante no Brasil é, naturalmente, parte essencial da ideologia da classe dominante. Independente da facção que esteja no governo, os donos do poder raramente deixam de propalar que o Brasil é uma democracia racial; que o brasileiro é essencialmente pacífico; que a história brasileira é uma história sem violência; que as relações do Brasil com os vizinhos são de fraternidade e assim por diante. Essa ideologia exige desdobramentos vários, quanto as relações econômicas e políticas e quanto às condições de convivência social nas agrupações culturais, recreativas, religiosas, de ensino ,etc (IANNI, 2004, 266).

E isso só reforça a questão racial como mais um mecanismo nas relações de poder e exclusão:

Como as manifestações discriminatórias geralmente fazem parte de técnicas de preservação de interesses e privilégios, elas podem ser tomadas, ao nível interpretativo, como elementos que impedem os dificultam a instauração ou expansão de relações democráticas, obstruindo a circulação das pessoas, segundo a sua competência ou qualificação. Nesse sentido, o *mito da democracia racial* é uma expressão ideológica em uma sociedade que não deixa nem pode deixar avançar a democracia. Operando reversivamente sobre as condições reais da existência, sobre os padrões organizados das relações entre os homens, esse mito, ao mesmo tempo que nega a desigualdade racial, implicitamente a reafirma, reconhecendo que o *negro* pode tornar-se *branco*, (...) Mas essa metamorfose, concebida ideologicamente, apenas ocorre no nível do indivíduos, porque coletivamente continuarão a ser chamados negros (...). (IANNI, 2004, 331),

Entretanto, essa pretensa igualdade racial, engendrada por essa ideologia, sempre se mostrou uma falácia. Segundo Ianni (2004), sob o signo da Revolução Burguesa, o negro passou por fases no qual deixou de ser escravo e passou a ser inserido, no sistema produtivo brasileiro, como força de trabalho livre, tendo que se adequar a vender a sua capacidade física e mental, enquanto o empresário também teve que se adequar a comprar essa força nacional. No transcorrer da década de 1930, e nos anos posteriores, tal processo se complementou de forma definitiva, mas isso não representou ser incorporado na sociedade como cidadão, com a questão racial sendo uma marca dessa situação:

Nesse sentido é que a revolução burguesa não resolveu o problema racial. Transformou o negro, índio e imigrante em trabalhadores; mas não os transformou em cidadãos. Nos institutos jurídicos obviamente está estabelecido o princípio de que todos são iguais perante as leis, independente de raça, sexo, religião, classe e outras diversidades sociais. Mas essa igualdade jurídica é formal, abstrata, ilusória, quando se trata de camponês, operário, empregados, funcionários, na fazenda, fábrica, escritório. Na

prática, há uma larga desigualdade racial, entre outras desigualdades sociais, além das diferenças de classes. No máximo, uns e outros aparecem como cidadãos para vender e comprar mercadorias; destacando-se a força de trabalho. Por isso o povo não se constitui, senão com muitos obstáculos. Todos são cidadãos de categoria inferior, apenas para exercerem sua função de trabalhadores. [...] (IANNI, 2004, p. 355).

Desde o período da Frente Negra (1931), se formos nos prender as instituições negras mais consistentes, o Movimento Negro vem realizando diversas ações denunciando o quando o preconceito e a discriminação racial no local de trabalho, na polícia e em diversos setores da sociedade é uma força social real que se contrapõe a realização do negro na sociedade capitalista brasileira. O desmascaramento da ideologia da democracia racial, o combate ao racismo em todas as suas dimensões e o estabelecimento de políticas públicas que possam favorecer o negro a suplantar os problemas históricos gerados pelo problema racial, são bandeiras do Movimento Negro desde 1945.

Na área acadêmica, desde a década de 1950, há uma produção de estudos e pesquisas atacando a democracia racial e o discurso oficial sobre as relações raciais no país. Autores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique, Roger Batista, Carlos Hasenbalg, Antonio Guimarães, Lilia Schwarcz, Kabengele Munanga e outros, mesmo com abordagens teóricas e ideológicas distintas, realizaram trabalhos consistentes desmistificando a questão da democracia racial e a distorção ideológica de que no Brasil o preconceito racial não é um impeditivo para a realização social do negro. Em tais obras há todo um conjunto teórico e metodológico, que mostra o quanto se faz necessário o estudo das relações raciais e do racismo em espaços como mercado de trabalho, setor jurídico, ação policial, estética, políticas públicas, escolas, mídia, local de trabalho e muitos outros.

Tais estudos são importantes, para não cairmos nas distorções da ideologia da democracia racial ou num certo discurso mecanicista de esquerda que sustenta que os problemas dos negros são únicos, ou mais, de classe do que de raça. Sobre esse último aspecto, inclusive, cabe fazermos uso dos ensinamentos de um dos maiores marxistas brasileiros, para mostrar o erro teórico dessa perspectiva: “[...] o preconceito racial não se confunde com o de classe. Se confundisse, não teríamos as atitudes e comportamento discriminatório entre indivíduos pertencentes à mesma classe” (IANNI, 2004, p.66). A essa colocação, apresentamos outra do mesmo autor sobre o quanto não podemos cair no reducionismo dos problemas raciais aos problemas de classe:

Conforme revela a maioria dos estudos sociológicos e antropológicos sobre a situação racial brasileira, as variações na distribuição econômico-social das pessoas e grupos étnicos e raciais não é nem ocasional, nem função estrita da hierarquia de classes. Isto é, os elementos étnicos e raciais – traços genotípicos, idioma, religião e outros – tendem a identificar as pessoas dos grupos. A verdade é que o preconceito, a discriminação e abarreira social de base étnica ou racial pode manifestar-se nas relações de trabalho e familiares, na escola, igrejas e seitas, em círculos políticos e assim por diante. (IANNI, 2004, p. 265)

Somado a essas observações de Ianni, podemos acrescentar uma de Florestan Fernandes, outro importante marxista brasileiro:

[...] O operários podem interromper um movimento porque conquistaram o aumento salarial, a introdução de comissões no local de trabalho, a readmissões de colegas demitidos, liberdade de greve e de organização sindical etc. Não obstante, os trabalhadores negros poderão ter reivindicações adicionais: eliminações de barreiras raciais na seleção e promoções dentro da, convivência igualitária com os colegas, supressão de bode expiatório na repressão dentro da fábrica e fora dela, acesso livre as oportunidades educacionais para os filhos etc. A moral da história é que, embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há uma composição multirracial nem sempre os trabalhadores iguais são mercadorias iguais ... Nas lutas dentro da ordem, a solidariedade de classe não pode deixar frestas. As greves e outras modalidades de conflito, que visão o padrão de vida e das condições de solidariedade para o trabalhador, não pode admitir a reprodução das desigualdades e formas de opressão que transcendem à classe. (FERNANDES, 1989. p. 62)

Porém, o uso do racismo como determinação para construção do conhecimento sobre as condições da população negra, não são fundamentais apenas em função dos estigmas que passam a se materializar em ações discriminatórias nas relações sociais, efetuados por outros grupos sociais. Um ponto essencial do trabalho com a categoria racismo repousa no impacto que tais representações sociais acabam tendo na própria psique do negro atuando em sua autoestima, engendrando sentimentos de inferioridade. Pior ainda, quando o próprio negro incorpora essas distorções ideológicas como verdades pelas quais deve ordenar sua vida, como Hall nos convida a pensar: “[...] uma das características mais comuns e menos explicadas do “racismo”: a “submissão” das vítimas do racismo aos embustes das próprias ideologias racistas que as aprisionam e definem” (HALL, 2006, p.314).

No caso do Brasil, a ideologia do branqueamento é um dos maiores exemplos desse processo de *submissão* apontado por Hall. Essa ideologia, fruto das contradições e complexidades das metamorfoses e da forma como o racismo se materializou na sociedade brasileira, somado as condições econômicas e sociais concretas as quais o negro era submetido, acabou sendo adotada por uma parcela substancial da população

negra, como forma de tentativa de inserção e ascensão social. Mas o branqueamento, na verdade, mostrou-se uma ação social que ampliou o processo de alienação do negro e reforçou os estigmas da ideologia racista, porque requisitou ao negro a rejeição do *ser negro* em termos fenotípico, cultural e coletivo. Tanto que Munanga (1999) defende que o branqueamento também deve ser visto como um dos fatores que sempre dificultou a luta política coletiva para superação dos problemas socioeconômicos da população negra, porque representou uma forma individual de resolução dessa problemática. Na verdade, o branqueamento, em última análise, representou o máximo da distorção ideológica do pensamento racista no Brasil, ao fazer com que o negro tenha preconceito de ser negro.

A abordagem que fizemos até o momento, demonstra o quanto a categoria racismo é uma determinação fundamental no estudo das condições reais que a maioria da população negra vive na sociedade brasileira. O uso dessa categoria permite ampliar e dar um caráter qualitativo na construção do conhecimento sobre esse fenômeno social, em diversos aspectos dos quais destacamos alguns. O primeiro seria que não podemos reduzir o problema da população negra a questões macro como a questão de classe ou de um desenvolvimento econômico maior do país. O segundo reside na ampliação dos objetos de pesquisa e as formas metodológicas para o estudo da questão do negro, pois se o racismo é operante como elemento na situação socioeconômica da população negra. Não podemos pensar que existem espaços imunes a sua ação, podendo estar presente na escola, no trabalho, no setor judicial, na religião e outros espaços da sociedade.

O terceiro repousa na necessidade de efetuarmos estudos e análises baseadas em pesquisas empíricas, atuando sempre de forma científica, para se verificar o quanto o racismo é realmente operante na sociedade e em qual intensidade. O quarto, ampliar o conhecimento sobre o quanto a ideologia racista cria e recria uma conformação de uma visão de mundo, tendo como foco as relações raciais, gerando sérios entraves para a população negra. E por fim, podemos fazer uso de uma citação de Ianni para demonstrar o quanto esse processo é fundamental para própria construção de uma verdadeira democracia no nosso país:

[...] o estudo científico das relações raciais no Brasil são um a contribuição ao desmascaramento ideológico de padrões que obstam o processo da sociedade na direção da democracia. A formação da personalidade democrática depende necessariamente de uma cultura democrática. [...]

Mas a utilização da categoria racismo no estudo das condições socioeconômicas da população negra, não se reduz apenas a elucidar esse fenômeno para termos um conhecimento acadêmico bem estruturado. Por mais que isso seja relevante, o estudo desse fenômeno social toma uma maior relevância social, ao servir de apoio à luta na sociedade civil e na sociedade política por ações concretas para que o racismo seja combatido e a situação da população negra passe por melhores condições. Para isso, a comprovação científica da operacionalidade do racismo é importante para servir de orientação e legitimação de demandas nesse sentido. Por exemplo, o Estado no Brasil só começou a efetivar políticas de ação afirmativa, quando abandonou o discurso oficial da democracia racial e colocou em suas bases que existia um problema racial que gerava constrangimento a população negra. Esse talvez seja a principal função do trabalho com a categoria racismo, municiar uma ação política na sociedade civil e no Estado na tentativa de combater os males que se abatem sobre a população negra.

OS CUIDADOS COM O USO DA CATEGORIA RACISMO

Apesar de sua importância no estudo das condições socioeconômicas da população negra, o uso da categoria racismo só trará resultados qualitativos se for trabalhado com o rigor teórico e metodológico que se exige qualquer trabalho científico. Nesse caso, vamos nos ater a dois aspectos teóricos, que tem chamada a nossa atenção junto aos jovens pesquisadores do mestrado étnico-racial, onde atuamos, em função dos problemas que podem acarretar no trabalho com a questão racial no nosso país.

O primeiro que gostaria de destacar é que nesse estudo o pesquisador não pode deixar de se ater à questão da especificidade do racismo no Brasil, no sentido de como se constituiu, a sua forma e seus efeitos, ao se debruçar sobre o seu objeto de pesquisa. A categoria da particularidade é importante no estudo de fenômenos sociais que também estão presentes em outras realidades sociais, para que determinadas generalizações não impeçam, ou deturpem, a compreensão de características e especificidades que ajudam a elucidar o fenômeno na sociedade estudada. Segundo Hall, o estudo sobre o racismo não deve fugir desse pressuposto teórico:

Primeiramente, gostaria de sublinhar a ênfase sobre a especificidade histórica. Sem dúvida, o racismo possui características gerais. Mas ainda mais significantes são as formas pelas quais essas características gerais são modificadas e transformadas pela especificidade histórica dos contextos e

ambientes nos quais elas se tornam ativas. Na análise de formas históricas de racismo, seria melhor operar em nível mais concreto e historicizado de abstração (isto é, não o racismo em geral, mas os racismos). [...] É preciso muito pouco para que sejamos persuadidos a aceitar a opinião enganosa de que, por ser em toda parte considerada uma prática profundamente anti-humana e anti-social, o racismo é *igual* em todas as situações – seja em suas formas, suas relações com as outras estruturas e processos ou em seus efeitos. [...] (HALL, 2006, p.308).

No caso do Brasil, por exemplo, se não efetuarmos um processo de historicização e ficarmos atentos à particularidade que há no racismo brasileiro, não há como entendermos como a ideologia do branqueamento conseguiu ser tão operante junto a parcelas da população negra. De acordo com Munanga (1999), a ideologia do branqueamento só conseguiu se instalar no nosso país devido às diferenças que se estabeleceu aqui, com relação a ser negro e a forma como o racismo se materializou nos EUA e na África do Sul. Como nesses países, um filho de negro sempre será um negro, independente da tonalidade de sua cor, e as leis de segregação racial ordenavam as relações raciais, a ideologia do branqueamento não poderia se desenvolver.

Se Munanga ficasse preso ao erro teórico de ver o racismo como algo que se reproduz nas sociedades da mesma forma e com os mesmos efeitos específicos, não apreenderia as condições concretas para o branqueamento existir na sociedade brasileira e não na americana. Essa mesma perspectiva, por sinal, vemos ser reproduzida numa entrevista onde Munanga aponta a especificidade do racismo no Brasil, como um dos fatores para entendermos a dificuldade para se estabelecer uma ação política coletiva envolvendo a população negra, contra a questão do preconceito e da discriminação existente na sociedade:

Revista Fórum - Quando você tem um sistema como o sul-africano ou um sistema de restrição de direitos como houve nos EUA, o inimigo está claro. No caso brasileiro é mais difícil combatê-lo...

Kabengele - Claro, é mais difícil. Porque você não identifica seu opressor. Nos EUA era mais fácil porque começava pelas leis. A primeira reivindicação: o fim das leis racistas. Depois, se luta para implementar políticas públicas que busquem a promoção da igualdade racial. Aqui é mais difícil, porque não tinha lei nem pra discriminar, nem pra proteger. As leis pra proteger estão na nova Constituição que diz que o racismo é um crime inafiançável. Antes disso tinha a lei Afonso Arinos, de 1951. De acordo com essa lei, a prática do racismo não era um crime, era uma contravenção. A população negra e indígena viveu muito tempo sem leis nem para discriminar nem para proteger. (MUNANGA, 2009)

Sabemos que há entre alguns estudantes e militantes da questão racial, uma forte resistência de se trabalhar sob a lógica da especificidade do racismo no Brasil, principalmente na analogia com os EUA e a África do Sul, alegando que isso só

fortalece o discurso da democracia racial de que no nosso país não há um problema racial sobre a população negra. Cremos que essa postura parte de um princípio equivocado nessa analogia sobre o racismo, pois valoriza a forma ao invés do resultado, ou seja, o efetivo papel do racismo no processo de exclusão, exploração e poder na sociedade. Sob essa ótica, o racismo no Brasil, nos EUA e na África do Sul, mesmo tomando forma diferenciada, foi igualmente exitoso, como vemos nessa observação Munanga:

Existe realmente um racismo no Brasil, diferenciado daquele praticado na África do Sul durante o regime do apartheid, diferente também do racismo praticado nos EUA, principalmente no Sul. Porque nosso racismo é, utilizando uma palavra bem conhecida, sutil. Ele é velado. Pelo fato de ser sutil e velado isso não quer dizer que faça menos vítimas do que aquele que é aberto. Faz vítimas de qualquer maneira. (MUNANGA, 2009)

Nessa mesma posição há num trecho de um dos textos de Fernandes:

[...] A questão de ser o racismo institucional ou camuflado possui menor importância do que ele representa na reprodução da desigualdade racial, da concentração racial da riqueza, da cultura e do poder, da submissão do negro, como “raça”, à exploração econômica, à exclusão dos empregos e dos melhores salários, das escolas, da competição social com os brancos da mesma classe social etc., é à redução da maioria da massa negra ao “trabalho sujo” e a condições de vida que confirmam o estereótipo que o negro não serve mesmo para outra coisa. (FERNANDES, 1989. p. 36)

Em suma, a historicização e a forma particular do racismo no Brasil são componentes importantes no trabalho dos mais diversos temas, como a forma e a difusão da ideologia racial, a questão da mestiçagem, a participação dos negros na luta política coletiva contra o racismo, a inserção do negro do mercado de trabalho, a discussão da identidade racial e outros.

O segundo aspecto teórico que gostaríamos de destacar, reside na problemática de passar o racismo de determinação fundamental, para única determinação para o entendimento das condições socioeconômicas da população negra. Essa abordagem acaba se configurando numa lógica sob a qual os problemas da população negra devem-se apenas as questões de fundo racial, com o racismo gerando um conjunto de ações políticas, econômicas, culturais e sociais excludente nas relações sociais. Sob esse prisma, o racismo torna-se o único elemento a ser estudado na compreensão das condições socioeconômicas da população negra, desautorizando, ou desestimulando, o trabalho com outros fatores que também contribuem para o entendimento da realidade

da população negra, como a própria forma de estrutura e reprodução do capitalismo no nosso país, favorecendo as classes dominantes.

Essa premissa parte de um erro teórico fundamental: esvazia o negro de sua totalidade social, retirando-lhe da participação em outros papéis, grupos e classes sociais, em prol de uma abstração no qual o reduz apenas a ser negro. Nessa perspectiva, o negro não tem gênero, sexualidade, faixa etária, profissão ou condição econômica. Não importa se é homem, mulher, homossexual, adolescente, idoso, deficiente físico, empresário, trabalhador, favelado, pobre ou membro da classe média. Em todos esses casos, sofrerá apenas com o racismo e não com as determinações que também atinge a situação e o grupo social no qual está inserido. Nesses termos, um estudo sobre as condições das mulheres negras se aterá à questão do racismo e pouco, ou nenhuma, atenção daria a realidade de vivermos numa sociedade machista e sexista, porque sob essa lógica o problema reside no entrave de ordem racial.

Constitui-se, assim, uma dimensão teórica, que ao excluir essa totalidade social, acaba suprimindo um aspecto vital para a construção do conhecimento das condições socioeconômicas da população negra, ao não dar a devida atenção aos impactos sobre o negro de outras determinações que nada tem de fundo racial na sua essência. Não podemos dizer que todos os problemas socioeconômicos que se abatem sobre a população negra sejam de fundo racial, por mais que isso crie uma cadeia que se retroalimenta. Por exemplo, não podemos dizer que o fato de boa parte da população negra morar em comunidades carentes seja fruto unicamente de questões raciais, mas com certeza esse fato reforça os estigmas e estereótipos contra a população negra, reforçando o racismo. Então, apesar de uma coisa não ser necessariamente a resposta para a outra, o racismo e as condições socioeconômicas de boa parte da população negra mantêm uma forte ligação em termos de representação social no senso comum sobre o negro.

Contudo, o cientista social deve ter o cuidado ao trabalhar com essas duas variáveis, para não cair em reducionismos e determinismos que impliquem numa restrição a construção do conhecimento sobre os fatores para o entendimento das condições da população negra. Para tornar essa nossa posição mais clara, vamos ilustrar o que estamos querendo dizer, trabalhando com o fato de boa parte dos negros pertencerem à classe trabalhadora.

No seu trajeto como trabalhador, o negro pode sofrer, como já deixamos entender, uma gama de preconceitos e discriminação no transcorrer desse processo. Poderá sofrer preconceito na escola, na busca por uma vaga no mercado de trabalho, na relação com os colegas de trabalho, na hora do aumento salarial por mérito ou na definição de uma vaga para gerência, na direção da firma e na lista de daqueles que serão dispensados. Como vemos, esses são exemplos claros no qual o racismo opera condições concretas contra o trabalhador negro, ao conseguir que esse deixe de ser visto por sua capacidade real e passe a ser julgado por uma visão assentada nos estigmas relacionados ao seu fenotípico. Mas apesar desse ser um grande problema para o trabalhador negro, é um erro teórico descartar os impactos que esse também sofre por ser membro da classe trabalhadora.

Vejamos isso através de quatro exemplos de políticas que podem ser adotadas pelo Estado que acabam atingindo o negro, não por questões raciais, mas por fazer parte da classe trabalhadora. Uma seria, a adoção de uma política de estabilização econômica de fundo contracionista, baseada no aumento das taxas de juros e falta de estímulo às atividades econômicas, que normalmente geram a diminuição de ofertas de emprego ou fechamento de postos de trabalho, aumentando as margens de desemprego entre a massa trabalhadora.

Outra reside, na implementação de uma política de controle inflacionário, baseado na contenção do consumo, gerando restrição à aumentos reais no salário mínimo, revertendo em diminuição do poder de comprar dos trabalhadores e outras dificuldades de cunho financeiro. A terceira é a falta de um serviço público gratuito de qualidade na área de educação e saúde, que poderia gerar grandes benefícios para toda classe trabalhadora em termos de realização na sociedade. Por último, citamos a adoção de políticas neoliberais pelo Estado, fato esse que dedicaremos um número maior de algumas linhas nessa nossa exposição, devido a força que essa ideologia passou a deter na nossa sociedade.

Sem entrar numa discussão maior sobre o neoliberalismo, gostaríamos de destacar que essa ideologia, objetivando estabelecer as condições para o crescimento da economia capitalista, prega um conjunto de ideias e propostas que, independente da questão racial, atinge a classe trabalhadora no seu todo. Entre essas, duas se destacam no panteão neoliberal, como essenciais para o reaquecimento das atividades econômicas: flexibilização ou perda dos direitos trabalhistas; e a privatização dos

serviços públicos conjugados a expansão do setor privado nesses setores. A primeira tenta legitimar na sociedade a visão de férias, seguro desemprego, aposentadoria e pagamento frente a demissões, não mais como direitos historicamente adquiridos pelos trabalhadores, mas sim como obstáculos ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Já a segunda aponta as políticas públicas gratuitas na área de saúde, educação e segurança, não mais como direitos do cidadão e grau de desenvolvimento de um povo, mas como estorvo aos gastos públicos, devendo ser ofertados na forma de serviços comerciais, com os indivíduos tendo acesso à quantidade e qualidade dentro daquilo que podem pagar. Esse tipo de lógica política vem sendo implementado, em maior ou menor grau, pelos governos das mais diversas tendências, nas mais diversas partes do mundo, revertendo em graves problemas sociais para a classe trabalhadora, independente de questões raciais, como comprova a situação dos trabalhadores em diversas partes da Europa, desde a década de 1990, e mais recentemente na Espanha, Portugal e Grécia.

É lógico que diante das situações descritas, o trabalhador negro pode vir a sofrer mais que o trabalhador branco porque além da questão de classe, terá que lidar com os problemas raciais, que inclusive podem ser ampliados por esses problemas de classe. Entretanto, se nos prendermos apenas a questão racial, deixamos de compreender essas e outras dimensões relevantes no estudo das condições dos trabalhadores negros, e da população negra em geral, nos mais diversos espaços sociais.

O que queremos frisar é que trabalhar com outras determinações que se abatem sobre a população negra, em nada representa que se está excluindo ou colocando em segundo plano a importância do racismo. Como foi trabalhado na primeira parte desse trabalho, a categoria racismo é algo imprescindível em qualquer estudo da população negra. Reafirmamos que não se pode entender a situação do negro brasileiro apartado da situação do racismo. Apenas queremos esclarecer que como o negro não é apenas negro, também sofre com a gama de diversidades e problemas que atingem a população brasileira, no conjunto das tramas sociais que marcam a nossa sociedade. Sobre o negro, além do racismo, se abaterá questões de classe, de gênero, de ordem sexual, de fundo religioso, de local de moradia e outros.

Em outras palavras, colocar o racismo como único fator para compreensão da situação da população negra, pode representar o paradoxo de transformar essa

determinação fundamental num instrumento teórico mecanicista que exclua outras importantes variáveis para o entendimento desse fenômeno social, podendo reverter em graves erros no trabalho empírico e analítico do cientista social sobre seu objeto de pesquisa. Como Ianni nos convida a pensar, agir apenas nos horizontes da questão racial, pode fazer com que elementos políticos, econômicos e sociais, que afetam o negro sejam vistos apenas como racismo e não como fruto de uma realidade gerada por outros motivos e interesses:

Na medida em que se inserem na trama das relações sociais, as semelhanças, diferenças, polarizações e antagonismos raciais adquirem a conotação de técnicas sociais. Entram no jogo das forças sociais, propiciando codificações ou cristalizações não só de diversidades mas de hierarquias e desigualdades. Nesse sentido é que as ideologias raciais podem tornar-se forças sociais não só básicas mas decisivas, garantindo a reiteração e recriação de hierarquias e desigualdades que parecem “raciais”, mas que na realidade são propriamente sociais, no sentido de simultaneamente econômicas, políticas e culturais. E tudo isso se manifesta nos mais diversos círculos de convivência, desde a fábrica e o escritório à escola e à igreja, templo ou terreiro, desde a fazenda, *plantation* e agroindústria à família, mídia e cultura de massa; seja na Europa, Ásia, Oceania, África, Caribe ou Américas. (IANNI, 1996. p. 18)

Por fim, também queremos realçar que ter o racismo como única explicação para o entendimento da situação da população negra, também gera implicações de ordem política no tratamento dessa questão. Se o problema da população negra é apenas de ordem racial, pode fazer com que os organismos, intelectuais e militantes ligados à questão dos negros, concentrem sua ação política apenas em temas de fundo racial. Sem sombra de dúvida, cabe a esses grupos, pela especificidade de sua ação política, trazer a questão do racismo e mobilizar a população negra, a sociedade e o Estado por ações concretas visando sua superação.

Porém, isso não pode levar ao erro político de não dar a atenção devida a ações políticas do interesse da população como um todo que também beneficiará a população negra, como a luta pela implantação de serviços públicos gratuitos de qualidade na área de saúde e educação pública ou a perda e a flexibilização de direitos trabalhistas. Com certeza as políticas de ações afirmativas são instrumentos socioeconômicos de grande relevância para a população negra, contudo somente conjugadas a implantação de políticas públicas universais de qualidade é que a maioria da população negra terá

condições de dar um salto qualitativo frente ao processo de exploração e exclusão que marca sua presença na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 3º Ed, 1987, 1º reimpressão 2004.

_____. A racialização do mundo. *Tempo Social. Revista Social da USP*. São Paulo: maio de 1996.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. *Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia*. Disponível em: <<http://www.ufmg.br/inclusaosocial/>>; Acesso em: 28/05/2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças; Cientistas, Instituições e Questões Raciais no Brasil (1870-1930)*. 6º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TODOROV, Tzvetan. *Nós e outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

*Recebido em novembro de 2013
Aprovado em janeiro de 2014*